



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para serviço contínuo de monitoramento eletrônico 24h por meio de câmeras e alarmes, fornecidos em regime de comodato, incluindo fornecimento/integração de todos os componentes necessários, bem como serviços de manutenção preventiva e corretiva para a sede do Poder Legislativo, sem dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo e conforme condições e exigências estabelecidas neste documento.

ITEM	OBJETO	QUANT.	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL (12 MESES)
01	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de monitoramento eletrônico 24 horas, com disponibilização de equipamentos em comodato/cessão de uso durante a vigência contratual, contemplando instalação, ativação, configuração, manutenção preventiva e corretiva de sistema de alarme e CFTV, incluindo central de alarme, teclados, bateria, sensores internos, sirene, módulos de comunicação, sensores magnéticos, câmeras, gravador, fontes, cabeamento, conectores, suportes e demais insumos necessários o para	12	R\$ 2.608,93	R\$ 31.307,16



	atendimento.			
	Destaca-se que os quantitativos mínimos serão apresentados em tópico a seguir do Termo de Referência.			

1.2. Para a presente contratação tem-se o seguinte quantitativo mínimo de itens a ser disponibilizados para a prestação do serviço em comodato/cessão de uso durante a vigência contratual:

1.2.1. Serão no mínimo 20 câmeras de segurança, 50 sensores internos, com fio ou sem fio, do tipo infravermelho e/ou micro-ondas, conforme a solução técnica adotada, destinados à detecção de presença em áreas internas, bem como 50 sensores magnéticos sem fio, destinados à proteção perimetral de portas e janelas, a serem distribuídos na sede e no anexo predial, conforme a necessidade da Administração e o dimensionamento técnico da contratada.

1.2.2. Para a perfeita execução dos serviços, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas acima, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, promovendo sua substituição quando necessário:

1.2.3. Instalação de câmeras, 50 (cinquenta) sensores internos com fio ou sem fio (infravermelho ou micro-ondas), 50 (cinquenta) sensores magnéticos sem fio para portas e janelas e toda a infraestrutura de suporte:

1.2.3.1. Fornecimento, instalação e configuração de no mínimo 20 câmeras de videomonitoramento, 50 sensores internos com fio ou sem fio (infravermelho ou micro-ondas) e 50 sensores magnéticos sem fio para portas e janelas, a serem distribuídos na parte interna e externa da sede e do anexo predial;

1.2.3.2. Monitoramento remoto ininterrupto (24 horas por dia, 7 dias por semana) realizado por central da contratada, com protocolos de resposta em caso de detecção de movimento ou violação de perímetro;



1.2.3.3. Acesso remoto ao sistema de câmeras e alertas por meio de plataforma web ou aplicativo, garantindo aos servidores acesso em tempo real às imagens;

1.2.3.4. Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, de forma remota e presencial, sempre que necessário, sem custo adicional; Substituição imediata de equipamentos com defeito, durante toda a vigência contratual, sendo a guarda e conservação do sistema de responsabilidade da contratada.

1.2.4. Os equipamentos deverão ser novos, modernos e de boa procedência, e atender aos padrões mínimos de qualidade.

1.2.5. Os equipamentos instalados no imóvel em regime de comodato, deverão obedecer aos padrões técnicos atuais da ABNT, além de seguir todas as especificações constantes no Termo de Referência.

1.2.6. Os equipamentos deverão atender às especificações mínimas de desempenho, capacidade e compatibilidade necessárias à cobertura integral do imóvel, admitidas soluções equivalentes ou superiores, conforme descrição abaixo:

DETALHAMENTO

I. Equipamentos de Alarme

- 01 Central de Alarme com no mínimo 60 zonas de expansão com fio, 03 partições reais, cadastro de até 99 usuários, com no mínimo 02 teclados;
- 01 Bateria 12V 4,5, amperes;
- 50 Sensores interno com fio ou sem fio (infravermelho ou micro-ondas) do tipo infravermelho e/ou micro-ondas, conforme a solução técnica adotada, destinados à detecção de presença em áreas internas;
- 01 Sirene com potência audível de no mínimo 100 decibéis;
- 01 Módulo de Comunicação via ethernet fibra ótica ou GPRS;
- 01 Módulo receptor compatível com sensores sem fio;



- 50 Sensores magnéticos sem fio, destinados à proteção perimetral de portas e janelas, a serem distribuídos nas dependências da sede e do anexo predial, conforme a necessidade da Administração.

II. Câmeras

- No mínimo 20 (vinte) câmeras de segurança Bullet 2 MP c com capacidade de captura de imagens coloridas em condições de baixa luminosidade, por meio de tecnologia própria do fabricante (Pixels efetivos 1920 (H) x 1080 (V));
- Disponibilização de Software para visualização de imagens das câmeras, com no mínimo as seguintes especificações:
 - DRV compatível com as câmeras de segurança;
 - O DVR deverá armazenar as filmagens/vídeos por um período de no mínimo 30 (trinta) dias, devendo as imagens serem armazenadas na resolução máxima das câmeras.
- Caixa Organizadora para Câmera;
- Fonte 12V 15ª FC Chaveada com Caixa Metálica;

1.3. CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO

1.3.1. O objeto é classificado como serviço comum de natureza contínua, por possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos no mercado, sendo a disponibilização dos equipamentos acessória e vinculada à execução do serviço.

1.4. DA CONTRATAÇÃO

1.4.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado sucessivamente, desde que haja previsão no edital e no instrumento contratual, que as condições e os preços permaneçam vantajosos para a Administração, seja atestada a existência de créditos orçamentários e observados os



requisitos dos arts. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, até o limite máximo de 10 (dez) anos.

1.4.2. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.4.3. O contrato (ou outro instrumento que o substitua) oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

Observação: Havendo divergências entre as descrições e a unidade de fornecimento dos itens contidas neste Termo de Referência e a Relação de Itens do Portal de Compras do Governo Federal (Comprasgov/Comprasnet), prevalecerão as descrições do Termo de Referência.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação fundamenta-se na necessidade de garantir a segurança patrimonial, funcional e institucional da Câmara Municipal de São Gabriel do Oeste/MS, diante do encerramento do contrato atualmente vigente e da ampliação das instalações físicas da sede.

2.2. A ausência de serviços contínuos de monitoramento eletrônico, alarme e vigilância por câmeras expõe o patrimônio público a riscos de furtos, invasões, vandalismo e danos materiais, bem como compromete a integridade física de servidores, vereadores e usuários.

2.3. O monitoramento contínuo e profissional, aliado à manutenção adequada dos equipamentos, contribui para a redução de riscos, para a preservação do patrimônio público e para o cumprimento do dever constitucional de boa gestão dos bens públicos, em conformidade com os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público.

2.4. Ressalta-se que a ausência de um serviço especializado de monitoramento e manutenção pode resultar em falhas operacionais, aumento de custos com reparos emergenciais e maior exposição a danos materiais e institucionais.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO TODO



3.1 A presente solução consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviço contínuo de videomonitoramento e alarme eletrônico, com fornecimento, em regime de comodato, de todos os equipamentos necessários à plena operação do sistema, incluindo câmeras de vigilância, sensores de presença e sistema de monitoramento remoto 24 h.

3.2 A solução contempla:

3.2.1 Fornecimento, instalação e configuração de 50 (cinquenta) sensores internos, com fio ou sem fio, do tipo infravermelho e/ou micro-ondas, conforme a solução técnica adotada, destinados à detecção de presença em áreas internas, bem como 50 (cinquenta) sensores magnéticos sem fio, destinados à proteção perimetral de portas e janelas, a serem distribuídos na sede e no anexo predial, conforme a necessidade da Administração e o dimensionamento técnico da contratada;

3.2.1.1 Trata-se de quantitativo mínimo de equipamentos, exigindo-se cobertura integral do imóvel, sendo responsabilidade da contratada o dimensionamento técnico necessário para assegurar a cobertura integral de todas as áreas internas e externas do prédio principal e do prédio novo, inclusive do Plenário, recepção, corredores, acessos e áreas externas.

3.2.2 Monitoramento remoto ininterrupto (24 horas por dia, 7 dias por semana) realizado por central da contratada, com protocolos de resposta em caso de detecção de movimento ou violação de perímetro;

3.2.3 Acesso remoto ao sistema de câmeras e alertas por meio de plataforma web ou aplicativo, garantindo aos servidores acesso em tempo real às imagens;

3.2.4 Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, de forma remota e presencial, sempre que necessário, sem custo adicional;

3.2.5 Substituição imediata de equipamentos com defeito, durante toda a vigência contratual, sendo a guarda e conservação do sistema de responsabilidade da contratada.

3.2.6 O modelo de contratação adotado é o regime de comodato, o que permite à Administração dispor de um sistema moderno e atualizado, sem a necessidade de aquisição dos equipamentos. Isso reduz os custos com manutenção, reposição de peças e risco de obsolescência, além de garantir que os equipamentos permaneçam sob responsabilidade da empresa contratada durante toda a execução contratual.

3.2.7 Trata-se de um serviço contínuo, de natureza essencial, considerando a necessidade de garantir a segurança patrimonial da Câmara, prevenir invasões e reduzir o



risco de furto de bens públicos. A continuidade do serviço é fundamental para preservar a integridade do patrimônio e garantir tranquilidade.

3.2.8 A solução será implementada por meio de uma única contratação integrada, não havendo necessidade de parcelamento, visto que todos os bens e serviços (equipamentos, instalação, manutenção e monitoramento) serão fornecidos pela mesma empresa. Isso garante maior eficiência, controle técnico e centralização das responsabilidades em um único prestador

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 A empresa contratada deverá atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:

4.1.1 A instalação dos equipamentos deverá iniciar em até 05 (cinco) dias contados da emissão da ordem de serviço, devendo ser concluída em até 03 (três) dias úteis após o início, com início do monitoramento imediatamente após a conclusão da instalação e dos testes operacionais.

4.1.1 Prestação de manutenção preventiva e corretiva, com substituição imediata de equipamentos defeituosos, sem ônus adicional à contratante;

4.1.2 Instalação de todas as câmeras, 50 (cinquenta) sensores internos, com fio ou sem fio, do tipo infravermelho e/ou micro-ondas, conforme a solução técnica adotada, destinados à detecção de presença em áreas internas, bem como 50 (cinquenta) sensores magnéticos sem fio, destinados à proteção perimetral de portas e janelas, a serem distribuídos na sede e no anexo predial, conforme a necessidade da Administração e o dimensionamento técnico da contratada;

4.1.3 Monitoramento remoto e contínuo das imagens, com gravação mínima de 30 (trinta) dias;

4.1.4 A abertura de chamado deverá ser atendida por WhatsApp, telefone ou e-mail.

4.1.5 O suporte técnico presencial e remoto deverá ser realizado em até 24 (vinte e quatro) horas após a abertura do chamado.

4.1.6 Assegurar o funcionamento em caso de falta de energia elétrica mediante utilização de baterias sobressalentes;

4.1.7 Redundância de acesso remoto

4.1.8 Proporcionar treinamento sobre a utilização do sistema, acionamento e desligamento da central de alarme aos servidores designados pela administração;



- 4.1.9 Assegurar o acionamento/desativação através da Central Remota, instalada nas dependências da Contratada e Contratante;
- 4.1.10 Relatórios de funcionamento e suporte técnico especializado;
- 4.1.11 Permitir a checagem da rede de equipamentos automaticamente pela própria Central de Monitoramento;
- 4.1.12 Possuir código de proteção para armar/desarmar o sistema, em casos de coação;
- 4.1.13 Capacidade de identificar a área/sala em que ocorreu o disparo de forma independente

4.2 DA VISTORIA

- 4.2.1 A vistoria prévia poderá ser realizada pelo interessado, com a finalidade de conhecimento das condições locais de execução.
- 4.2.2 A não realização da vistoria não impedirá a participação do interessado, desde que seja apresentada declaração formal de pleno conhecimento das condições e peculiaridades da contratação.
- 4.2.3 O licitante não poderá alegar posteriormente desconhecimento das condições locais para eximir-se das obrigações assumidas.
- 4.2.4 O fornecedor que desejar realizar visita deverá agendar dia e horário específico, até 03 (três) dias antes da abertura do procedimento de contratação, sendo vedada a visita de mais de um fornecedor no mesmo momento.
- 4.2.5 A vistoria será acompanhada por pelo menos 02 (dois) servidores, designados no momento da vistoria, e será realizada nas seguintes condições:
 - 4.2.5.1 Agendar previamente a vistoria, com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência através do e-mail: licitação@camarasgo.ms.gov.br;
 - 4.2.5.2 O horário para vistoria é das 07:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00, de segunda-feira a sexta-feira, exceto feriados.
- 4.2.6 Alegações posteriores relacionadas com o desconhecimento de condições locais ou de projetos porventura disponibilizados, se for o caso, não serão consideradas para reclamações futuras, ou de forma a desobrigar a sua execução

5. GARANTIA DOS SERVIÇOS

- 5.1 A contratada deverá assegurar, durante toda a vigência contratual e sem custo adicional à contratante, o pleno funcionamento dos equipamentos e serviços, mediante manutenção



preventiva e corretiva, substituição dos componentes defeituosos e continuidade do monitoramento.

6. DO REAJUSTE

6.1 O preço definido no instrumento contratual será fixo e irredutível pelo período de 12 (doze) meses, contados da data da proposta comercial.

6.2 Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n. 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei n. 14.133/2021, art. 115, caput).

7.2 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado sucessivamente, observados os requisitos dos arts. **106 e 107** da Lei nº 14.133/2021, até o limite legal aplicável.

7.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, que serão nomeados posteriormente (Lei n. 14.133/2021, art. 117, caput).

7.4 O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei n. 14.133/2021, art. 117, §1º).

7.5 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei n. 14.133/2021, art. 117, §2º).

7.6 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).



7.7 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei n. 14.133/2021, art. 120).

7.8 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei n. 14.133/2021, art. 121, caput).

7.9 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei n. 14.133/2021, art. 121, §1º).

7.10 Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

7.11 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

7.12 Compete ao gestor e ao fiscal do contrato:

- 7.12.1 verificar o cumprimento das obrigações contratuais;
- 7.12.2 registrar ocorrências e eventuais falhas na execução;
- 7.12.3 solicitar providências corretivas à contratada quando necessário;
- 7.12.4 atestar as notas fiscais para fins de pagamento.

7.13 A contratada deverá manter canal permanente de comunicação com a contratante para atendimento de ocorrências e suporte técnico.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1 Do prazo e das Condições da Prestação do Serviço

8.1.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

8.1.1.1 Instalação dos equipamentos (sensores, câmeras, central e todos os dispositivos necessários): início em até 05 (cinco) dias da data da emissão da ordem de serviço ou documento equivalente; conclusão da instalação em até 03 (três) dias úteis da data de início;

8.1.1.2 Testes de funcionamento dos sistemas e equipamentos/ treinamento aos usuários designados pelo contratante: 01 (um) dia útil da data de conclusão da instalação;



8.1.1.3 Monitoramento: início imediato à conclusão da instalação dos equipamentos e sistemas.

8.2 Do Local e Horário da Prestação do Serviço:

8.2.1 Os serviços deverão ser prestados no seguinte endereço: Avenida Juscelin o Kubistchek, nº 958, Centro, São Gabriel do Oeste-MS, CEP 79.490-051, com monitoramento remoto contínuo 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana.

8.2.2 A instalação/ disponibilização dos equipamentos que serão fornecidos pela contratada em regime de comodato, deverá ocorrer no endereço acima, em horário previamente acordado com a contratante através do e-mail contratos@camarasgo.ms.gov.br, a saber: das 07:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00, de segunda a sexta.

8.3 Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, frequência e periodicidade execução do trabalho:

8.3.1 Métodos:

8.3.1.1 Monitoramento remoto 24 h por meio de central de vigilância.

8.3.1.2 Detecção de eventos em tempo real (movimento).

8.3.1.3 Resposta remota ou presencial a eventos detectados.

8.3.1.4 Armazenamento de imagens e registros para auditoria.

8.3.2 Rotinas/etapas:

8.3.2.1 Instalação inicial:

8.3.2.1.1. Inspeção técnica do local.

8.3.2.1.2. Instalação dos equipamentos (câmeras, sensores, central de alarmes)

8.3.2.1.3. Teste de cobertura e operação.

8.3.2.1.4. Treinamento do cliente e integração com a central.

8.3.2.2 Monitoramento contínuo

8.3.2.1.5. Vigilância em tempo real 24h/dia.

8.3.2.1.6. Análise automática de eventos

8.3.2.1.7. Registro e categorização de eventos

8.3.2.1.8. Acionamento de protocolo conforme tipo de ocorrência.



8.3.2.3 Resposta a evento

8.3.2.1.9. Avaliação remota da ocorrência (imagem e som).

8.3.2.1.10. Contato com responsáveis e/ou forças de segurança.

8.3.2.1.11. Registro detalhado do atendimento (data, hora, medida adotada)

8.3.2.4 Manutenção e suporte

8.3.2.1.12. Suporte técnico remoto ou presencial.

8.3.2.1.13. Substituição de equipamentos defeituosos.

8.3.2.1.14. Testes periódicos de sensores e câmeras.

8.3.3 Tecnologias mínimas a ser empregadas:

8.3.3.1 A solução deverá assegurar conectividade estável e contínua para o funcionamento do sistema de monitoramento, por meio compatível com os requisitos técnicos do serviço, podendo a contratada utilizar infraestrutura própria ou solução dedicada, desde que garantidos os níveis mínimos de desempenho, disponibilidade e segurança definidos neste TR.

8.3.3.2 Câmeras fixas com visão infravermelho.

8.3.3.3 Sensores de movimento, abertura e quebra de vidro.

8.3.3.4 Alarmes com sirene e botão de pânico.

8.3.3.5 Gravadores digitais (DVR).

8.3.3.6 Sistema de redundância e nobreak.

8.3.3.7 Software de monitoramento e análise de vídeo.

8.3.3.8 Conectividade com a central.

8.3.4 Frequência/ Periodicidade

Procedimento	Frequência
Monitoramento de câmeras e alarmes	24h por dia, 7 dias por semana
Teste de sensores e alarmes	Mensal
Verificação de gravação de imagens	Diária
Backup de imagens (HD)	Diário ou automático contínuo



Geração de relatórios de eventos	Mensal
Manutenção preventiva	Mensal ou bimestral
Auditoria de desempenho (IMR)	Mensal
Atualização de software/sistemas	Trimestral ou sob demanda

8.3.5 . Dos locais para instalação

Levantamento preliminar de pontos para instalação de câmeras de videomonitoramento

Com base em análise interna das áreas de circulação, acesso e permanência de pessoas, foi realizado levantamento preliminar indicativo dos pontos estratégicos para instalação de câmeras de segurança, com o objetivo de ampliar a cobertura de monitoramento, prevenir ocorrências e garantir maior segurança patrimonial e institucional.

Área interna – prédio principal:

- 02 (duas) câmeras no plenário, com cobertura dos espaços de sessão e circulação interna;
- 01 (uma) câmera na recepção, posicionada próxima ao início da rampa de acesso;
- 01 (uma) câmera na recepção, próxima à porta de vidro de saída;
- 01 (uma) câmera sobre a porta traseira da recepção, com direcionamento para o prédio administrativo novo;
- 01 (uma) câmera na parte traseira da recepção;
- 01 (uma) câmera no corredor lateral esquerdo;
- 01 (uma) câmera no corredor lateral direito;
- 01 (uma) câmera em frente ao saguão de registro de ponto;
- 01 (uma) câmera voltada para a porta de entrada principal (porta de vidro frontal).

Área interna – prédio administrativo novo:

- 01 (uma) câmera na entrada do corredor;
- 01 (uma) câmera na saída do corredor, com direcionamento para o fundo do estacionamento.



Área externa:

- 02 (duas) câmeras instaladas sobre a estrutura da casa de equipamentos da manutenção;
- 02 (duas) câmeras no estacionamento, posicionada acima da porta externa do plenário e ao fundo do prédio novo;
- 02 (duas) câmeras voltadas para a avenida lateral, sendo uma sobre o portão de acesso de veículos e outra próxima à esquina;
- 01 (uma) câmera na parede lateral do prédio administrativo novo;
- 01 (uma) câmera na parede traseira do prédio administrativo novo.

Observação técnica

- Ressalta-se que os pontos acima descritos possuem caráter **preliminar e indicativo**, tendo sido definidos com base na percepção das áreas de maior fluxo e necessidade de monitoramento. A definição exata do posicionamento, ângulo de cobertura, altura de instalação, alcance dos equipamentos e eventuais ajustes técnicos **deverá ser realizada pela empresa especializada a ser contratada**, a qual detém conhecimento técnico específico para elaboração do projeto executivo de videomonitoramento.
- Dessa forma, **não se faz necessário imagens ou registros fotográficos dos locais**, uma vez que a correta definição dos pontos de instalação depende de análise técnica especializada in loco, considerando variáveis como campo de visão, iluminação, interferências físicas, infraestrutura existente e melhores práticas de segurança eletrônica. Essa abordagem visa garantir maior eficiência do sistema, evitando direcionamentos inadequados e assegurando que a solução adotada atenda plenamente às necessidades institucionais.

9. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO PARA PAGAMENTO

9.1 A medição dos serviços será realizada **mensalmente**, considerando a efetiva prestação contínua dos serviços contratados, incluindo monitoramento, funcionamento dos sistemas e suporte técnico.

9.2 O pagamento será efetuado mensalmente, após a comprovação da execução regular dos serviços utilizando o Instrumento de Medição de Resultados (IMR), este responsável por verificar o cumprimento dos níveis de qualidade, desempenho e demais obrigações contratuais



estabelecidas. O atesto do fiscal do contrato, apresentação da nota fiscal devidamente emitida e a verificação da regularidade fiscal e trabalhista da contratada.

9.3 A Nota Fiscal deverá constar a discriminação dos itens, quantidades, valores, número da nota de empenho e dados bancários para pagamento, e não deverá apresentar rasuras e/ou entrelinhas.

9.4 Não será efetuado qualquer pagamento à contratada enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

9.5 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou nos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, hipótese em que o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

9.6 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

9.7 Os serviços prestados serão recebidos definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo(s) detalhado(s) que comprove(m) o atendimento das exigências contratuais, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contados a partir do recebimento provisório.

9.8 Da Avaliação da Execução do Objeto:

9.8.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

9.8.2 Os critérios de avaliação são:

9.8.2.1 Tempo de atendimento técnico em caso de falha nos equipamentos.

9.8.2.2 Disponibilidade dos sistemas (câmeras e alarmes funcionando corretamente).

9.8.2.3 Emissão de relatórios periódicos de monitoramento e ocorrências.

9.8.2.4 Funcionamento do backup de imagens.

9.8.2.5 Efetividade da comunicação 24h com a central de monitoramento.

9.9 Sistema de Pontuação



-
- 9.9.1 A avaliação será realizada mensalmente pelo fiscal do contrato.
- 9.9.2 A pontuação inicial mensal será de 100 pontos, sendo realizados descontos de pontuação conforme eventuais descumprimentos verificados em cada critério.
- 9.9.2.1 **Tempo de resposta aos chamados técnicos (até -20 pontos)**
- 9.9.2.1.1 Será considerado o tempo entre a abertura do chamado técnico e o início do atendimento pela contratada.
- 9.9.2.1.2 Serão aplicados descontos de pontuação conforme abaixo:
- 9.9.2.1.2.1 Atendimento iniciado após o prazo máximo estabelecido:
desconto de 2 pontos por ocorrência
- 9.9.2.2 **Disponibilidade do sistema de monitoramento (até -20 pontos)**
- 9.9.2.2.1 Avalia a disponibilidade operacional do sistema durante o mês.
- 9.9.2.2.2 Serão aplicados os seguintes descontos:
- 9.9.2.2.2.1 Indisponibilidade do sistema por período superior a 30 minutos: **desconto de 1 ponto por ocorrência**
- 9.9.2.2.2.2 Indisponibilidade superior a 2 horas: **desconto adicional de 3 pontos por ocorrência**
- 9.9.2.2.2.3 Indisponibilidade superior a 6 horas: **desconto adicional de 5 pontos por ocorrência**
- 9.9.2.2.3 O desconto máximo neste critério será limitado a **20 pontos por mês.**
- 9.9.2.3 **Funcionamento do backup de imagens (até -20 pontos)**
- 9.9.2.3.1 Avalia a regularidade da gravação e a possibilidade de recuperação das imagens armazenadas.
- 9.9.2.3.2 Os descontos serão aplicados da seguinte forma:
- 9.9.2.3.2.1 Falha na gravação contínua das imagens detectada pela fiscalização: **desconto de 1 ponto por ocorrência**
- 9.9.2.3.2.2 Indisponibilidade do sistema de backup por período superior a 24 horas: **desconto adicional de 5 pontos**
- 9.9.2.3.2.3 Impossibilidade de recuperação de imagens solicitadas pela Administração: **desconto de 10 pontos por ocorrência**
- 9.9.2.3.3 O desconto máximo neste critério será limitado a **20 pontos por mês.**



9.9.2.4 Efetividade da comunicação 24 horas com a central de monitoramento (até -20 pontos)

9.9.2.4.1 Avalia a manutenção da comunicação contínua entre o sistema instalado e a central de monitoramento.

9.9.2.4.2 Os descontos serão aplicados conforme abaixo:

9.9.2.4.2.1 Falha de comunicação superior a 30 minutos: **desconto de 1 ponto por ocorrência**

9.9.2.4.2.2 Falha de comunicação superior a 2 horas: **desconto adicional de 3 pontos por ocorrência**

9.9.2.4.2.3 Falha de comunicação superior a 6 horas: **desconto adicional de 5 pontos**

9.9.2.4.3 O desconto máximo neste critério será limitado a **20 pontos por mês**.

9.9.2.5 Emissão de relatórios operacionais (até -20 pontos)

9.9.2.5.1 Avalia a entrega do relatório mensal de funcionamento do sistema.

9.9.2.5.2 Serão aplicados os seguintes descontos:

9.9.2.5.2.1 Entrega do relatório fora do prazo: **desconto de 1 ponto**

9.9.2.5.2.2 Relatório incompleto ou com inconsistências relevantes: **desconto de 3 pontos**

9.9.2.5.2.3 Não entrega do relatório mensal: **desconto de 20 pontos**

9.9.2.5.3 O desconto máximo neste critério será limitado a **20 pontos por mês**.

9.9.3 Resultado final da avaliação

9.9.3.1.1 A pontuação final mensal será obtida pela subtração dos descontos aplicados da pontuação inicial de 100 pontos.

9.9.3.1.2 A classificação do desempenho ocorrerá da seguinte forma:

9.9.3.1.2.1 **90 a 100 pontos** – desempenho satisfatório – pagamento integral

9.9.3.1.2.2 **80 a 89 pontos** – desempenho adequado – desconto de 1%

9.9.3.1.2.3 **70 a 79 pontos** – desempenho regular – desconto de 3%

9.9.3.1.2.4 **60 a 69 pontos** – desempenho insuficiente – desconto de 5%



9.9.3.1.2.5 **Abaixo de 60 pontos** – desempenho insatisfatório – desconto de 8%, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas no contrato.

9.9.4 Os descontos decorrentes do IMR possuem natureza de avaliação de desempenho da execução contratual e não substituem as penalidades administrativas cabíveis em caso de inadimplemento.

10. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **DISPENSA**, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei n. 14.133/2021, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR VALOR GLOBAL**.

10.2 Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

10.3 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n. 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.4 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.5 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.6 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

10.7 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.



10.8 É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

10.9 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.10 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.11 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.12 Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

10.12.1 Habilitação Jurídica:

10.12.1.1 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.12.1.2 **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação **ficará** condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

10.12.1.3 **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.12.1.4 **Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País:** decreto de autorização para funcionamento no Brasil;

10.12.1.5 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.12.1.6 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária -** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou



empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;

10.12.1.7 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.12.2 Habilitações fiscal, social e trabalhista (Exigida nos termos do art. 195, §3º da CF):

10.12.2.1 Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

10.12.2.2 Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

10.12.2.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n. 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.12.2.4 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.12.2.5 Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

10.12.2.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943.

10.12.2.7 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.12.2.8 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.



10.12.2.9 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.12.2.10 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

10.12.2.11 No preço proposto a ser contratado, deverão estar inclusos todos os custos e despesas, tais como, e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, frete, lucro, todos os encargos e obrigações decorrentes de direitos e licenças de fabricação, patentes e marcas registradas, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto, isentando a Câmara Municipal de São Gabriel do Oeste de quaisquer custos adicionais.

10.12.3 Qualificação Econômico-Financeira

10.12.3.1 Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

10.12.4 Qualificação Técnica

10.12.4.1 A licitante deverá comprovar qualificação técnica compatível com o objeto, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica que demonstre(m) experiência em serviços de instalação, configuração, manutenção ou monitoramento de sistemas de alarme, CFTV, equipamentos eletroeletrônicos, comunicação, cabeamento ou soluções correlatas.

10.12.4.2 A licitante deverá apresentar registro regular no CREA e indicar responsável técnico legalmente habilitado, com atribuições compatíveis com o objeto contratado, vedada a restrição a título profissional específico sem justificativa técnica expressa.

10.12.4.3 Tal exigência fundamenta-se na Lei nº 5.194/1966, na Lei nº 6.496/1977 e na Resolução Confea nº 1.137/2023, observados os princípios da legalidade, razoabilidade, proporcionalidade e competitividade nas contratações públicas.



11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1 O valor médio estimado é de **R\$ 31.307,16** (trinta e um mil trezentos e sete reais e dezesseis centavos), conforme pesquisa de preços em anexo.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 As despesas decorrentes da contratação correrão por conta da dotação orçamentária:

Fonte de Recurso: Própria

Elemento de Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços Terceiros - Pessoa jurídica

13. DO PAGAMENTO

13.1 O pagamento pelos serviços efetivamente prestados será realizado de forma mensal, após a comprovação da execução regular do objeto contratado. A contratada deverá emitir a respectiva nota fiscal, de acordo com a Avaliação do Instrumento de Medição de Resultado, que será submetida à conferência e ao atesto do fiscal do contrato, designado pela Administração.

13.2 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de emissão da nota fiscal, desde que devidamente atestada e acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, nos termos da legislação vigente.

14. DAS OBRIGAÇÕES

14.1 **Das obrigações do Contratante:**

14.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

14.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

14.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

14.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

14.1.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;



14.1.6 Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

14.1.7 Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

14.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

14.1.9 A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

14.1.10 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

14.1.11 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14.2 Das obrigações do Contratado:

14.2.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

14.2.2 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

14.2.3 Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

14.2.4 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

14.2.5 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa



responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

14.2.6 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei n. 14.133, de 2021;

14.2.7 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

14.2.8 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

14.2.9 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

14.2.10 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

14.2.11 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

14.2.12 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

14.2.13 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n. 14.133, de 2021.



14.2.14 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

14.2.15 Fornecer os materiais conforme especificações e prazos estabelecidos;

14.2.16 Além disso, destaca-se que deverão estar contemplados, no preço proposto, todos os equipamentos, módulos, receptores, baterias, cabeamento, acessórios, instalação, configuração, integração, testes, manutenção e demais insumos necessários ao pleno funcionamento do sistema, sem ônus adicional para a Administração.

15. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei n. 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



15.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)
- iv) **Multa:**

(1) moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

(a) O atraso superior a 10 (dez) dias úteis autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

(2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1 de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;

(3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 30% (trinta por cento) do valor do contrato;

15.3 A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º);

15.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º);

15.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157);



15.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º);

15.7 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

15.7.1 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.8 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.9 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n. 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n. 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

15.10 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

15.11 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no



CÂMARA MUNICIPAL
SÃO GABRIEL DO OESTE

Compromisso com o Cidadão

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

15.12 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

São Gabriel do Oeste, 29 de abril de 2026.

Jane de Oliveira Silva

Membro da Equipe de Planejamento

Matrícula 462